

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 67

Fevereiro – 2006

S U M Á R I O

- 2** | *Federação, Confederação ou Império: Qual o futuro da União Européia?*

João Fábio Bertonha

- 5** | *As relações internacionais como oportunidade profissional: Respostas a algumas das questões mais colocadas pelos jovens que se voltam para as carreiras de relações internacionais*

Paulo Roberto de Almeida

- 11** | *A Eleição do Hamas e o Princípio Democrático*

Hugo Arend

- 13** | *Internacionalização versus exportação: o caso da suinocultura brasileira*

Rodrigo Cintra e Mariana Ricci

- 17** | *Primeiros passos do pontificado de Bento XVI*

Virgílio Arraes

- 19** | *Comércio internacional e a disputa por corações e mentes*

Thiago Lima

Federação, Confederação ou Império: Qual o futuro da União Européia?

João Fábio Bertonha*

A União Européia constitui-se num dos mais ambiciosos projetos de engenharia política já idealizados pelo homem. Ela é, realmente, um experimento muito mais ambicioso e abrangente do que os outros tipos de megabloques que se espalham hoje pelo planeta. Isso decorre da maior antiguidade do processo de unificação européia (que, em última instância, serviu de estopim e de exemplo para a eclosão dos outros), de seu caráter mais formal e, especialmente, do contexto histórico que determinou o seu surgimento.

A União Européia tem metas que a diferenciam, de fato, dos outros blocos. Longe de ser uma aliança comercial tácita como ocorre no Oriente, ou um simples tratado de livre comércio, como o NAFTA e o Mercosul, a União Européia é muito mais ambiciosa, com o mercado comum sendo apenas um aspecto na construção de uma comunidade que se pretende muito mais do que econômica. Isso faz da experiência européia algo muito particular, originário da sua realidade histórica, e que não tem equivalente, ainda, em outras partes do globo.

Dada essa magnitude e o simples fato deste projeto ainda estar em construção, não chega a espantar a quantidade de dúvidas e indagações que permeiam todos os que o estudam. Quais serão as fronteiras da futura entidade européia? Quando e se serão constituídas as forças armadas européias? Haverá um dia em que a Europa poderá rivalizar em poder e influência com os Estados Unidos e os poderes emergentes asiáticos? Mil e uma perguntas, para as quais só encontraremos as respostas no futuro.

Fica também a dúvida, claro, se o projeto europeu continua realmente a caminhar ou se ele já está refluindo. Seria a recusa da Constituição européia por

holandeses e franceses ano passado um mero percalço ou um sinal claro de que o projeto está fazendo água?

De qualquer modo, é sempre útil especular, supondo que o projeto continue a seguir em frente, sobre qual tipo de estrutura política se originará dali. Lá no fim do processo, veríamos o surgimento de um novo Império europeu, de um super-Estado ou de uma Federação européia? A questão parece ser apenas acadêmica ou de nomenclatura, mas, na verdade, ela indica bem quais as possibilidades que estão diante da Europa hoje.

Examinemos, inicialmente, o que é a União Européia hoje em termos internacionais. Antes de tudo, fica claro como os Estados europeus cederam parte razoável dos seus poderes para a entidade, sendo a criação do Banco Central europeu e do euro exemplos perfeitos disto. Renunciaram, além disso, ao direito de resolver suas disputas uns com os outros pela guerra. A geopolítica e a competição entre os Estados europeus continuam, mas reorganizadas dentro da nova realidade do bloco.

No entanto, nenhum dos Estados membros abdicou de uma política externa independente. Realmente, as intervenções francesas nos países da África Central (pouco dependentes da posição de Paris na União Européia), os imensos conflitos entre Londres, Paris e Berlim sobre a invasão norte-americana do Iraque e outros exemplos mostram que os Estados Nacionais europeus ainda mantêm seus interesses próprios.

Estes também conservam a soberania nos seus territórios. A França, por exemplo, cedeu imensos poderes à Europa, mas quaisquer ações da União em território francês só podem se dar através do Estado

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

soberano francês, e não sobre ele. A Europa, hoje, é uma associação de Estados soberanos, e nada mais.

A menção a Estados soberanos no parágrafo anterior não é ocasional, pois a discussão do tópico da soberania parece essencial se queremos delimitar com precisão quais os caminhos da União Européia no século XXI.

Há uma ampla discussão, na ciência política e no direito, sobre o que é soberania e não é o caso de reproduzi-la aqui. Por soberania, entendemos a última instância de poder, a palavra final sobre questões fundamentais, num dado território. Por mais teórica que a soberania seja, em alguns casos, ela é a base do ordenamento jurídico do moderno Estado-nação e, se pensarmos no mundo das relações internacionais, é a entidade política dotada dessa soberania, o Estado, que se constitui no ator central desse mundo desde, pelo menos, o século XVII.

Como a União Européia ainda é, como já mencionado acima, apenas uma associação de Estados soberanos, não podemos dizer que ela tenha rompido completamente com os padrões anteriores e criado algo novo. Apesar das imensas mudanças que a simples existência da União Européia trouxe para o relacionamento dos Estados europeus entre si e com o mundo, a Europa de hoje ainda é um continente de Estados-nação soberanos. O grande divisor de águas, na Europa, será o momento de transferência de soberania dos Estados nacionais para a União. Será a partir desse momento que surgirá, ou não, algo radicalmente novo no continente.

Algumas pessoas poderiam argumentar, claro, que essa questão da soberania é vazia e que, no mundo moderno, Europa incluída, caminhamos para um sistema onde a regra geral é a convivência de mil e um poderes (ou soberanias) no mesmo território. Um cidadão que morasse em Milão, por exemplo, seria sujeito aos poderes da União Européia, do Estado italiano, da cidade de Milão, das empresas transnacionais e ONGs que ali atuassem, etc. Nesse caso, a própria discussão sobre que organização política está se formando na Europa seria inútil, pois qualquer coisa que surgisse aí seria apenas um poder, uma soberania a mais, e pronto.

Que caminhamos para um mundo onde, cada vez mais, conviveremos com uma multiplicidade de poderes atuando num mesmo território, parece evidente. No entanto, considero difícil acreditar que seja possível a existência de vida social sem algum tipo de palavra final. Vários poderes podem conviver num mesmo território, mas não parece possível a convivência de duas soberanias no mesmo espaço.

Raymond Aron é especialmente útil aqui. Ele via a questão da soberania de maneira flexível, considerando que ela seria perfeitamente divisível entre os Estados e outras entidades e estruturas. Não estou de acordo com Aron nesse ponto, mas ele mesmo ressalta em seus livros, contudo, como a existência de uma soberania compartilhada era, normalmente, contraditória, levando, quase sempre, ou ao seu fracasso ou a sua recomposição plena em outra instância.

Se pensarmos nesse modelo de Aron e analisarmos, por exemplo, a União Européia, parece razoável acreditar que esse dilema já está acontecendo e que a Europa caminhará ou para uma unificação, com a criação de algum tipo de Estado único, ou que o projeto de convivência de vários Estados com instâncias outras fracassará, devido aos paralisantes conflitos de soberania.

O momento crítico de qualquer projeto europeu, portanto, será o da transferência real de soberania dos Estados europeus para a União, com a unificação dos sistemas judicial e eleitoral, da polícia, das forças armadas, da política externa, de imigração, etc. Claro que esse passo radical pode muito bem não se dar e, nesse caso, a Europa continuará a ser a associação de Estados que ela é hoje, ou, no máximo, se tornará uma firme Confederação, na qual os Estados membros manterão a sua soberania, associada a fortes vínculos entre si.

Mas, se esse passo for dado, será criada uma Federação européia, a qual absorverá as soberanias nacionais, com o surgimento de um novo ator internacional. Nesse momento, França, Alemanha e Espanha desaparecerão dos livros de História, como o fizeram a Baviera, a Prússia ou o Piemonte, e se converterão em expressões geográficas ou culturais.

Ainda ouviremos falar da Itália ou de Portugal, assim como ainda hoje falamos do Delaware ou de Minnesota. No jogo internacional e como poder soberano a definir a vida dos europeus, contudo, teremos a União Européia, que, nesse caso, se aproximaria muito do sistema federal norte-americano.

Um Império europeu, nesse cenário, é pouco provável. Um Império, por definição, é formado por um organismo político, um Estado, que conquista áreas periféricas e assume, pela força, a soberania sobre elas, negando aos seus habitantes os mesmos direitos desfrutados pelos cidadãos do Estado vitorioso. Esse caminho não está em discussão na Europa de hoje.

Realmente, ninguém pensa em conquistar a Suíça para obriga-la a se incorporar à Europa ou em negar, a não ser numa fase de adaptação, os privilégios de

ser europeu às recém incorporadas Polônia ou Hungria. O caminho imperial pode ser seguido, quem sabe, no futuro, quando e se a Europa, por exemplo, resolver exercer um protetorado sobre a África do Norte ou o Oriente Médio. Mas, dentro da Europa, a opção imperial parece descartada.

Federação ou Confederação. Parecem ser essas, efetivamente, as alternativas européias hoje, sendo mais provável, a meu ver, que, pela própria resistência dos Estados europeus em ceder a sua soberania, a segunda opção triunfe sobre a primeira. Mas não podemos saber o futuro, claro. De qualquer modo, para um continente que tanto sofreu, por séculos, com as tentativas de homens como Hitler ou Napoleão de unificar, pela força, as suas nações, não deixa de ser uma prova de civilidade que as opções, agora, sejam outras.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

As relações internacionais como oportunidade profissional: Respostas a algumas das questões mais colocadas pelos jovens que se voltam para as carreiras de relações internacionais

Paulo Roberto de Almeida*

Questões:

1. Com quais expectativas o jovem ingressa no curso de relações internacionais?

PRA: Provavelmente, na maior parte dos casos, com a expectativa de tornar-se diplomata ou funcionário internacional, ou então animado pelo vago desejo (ou mesmo vontade concreta) de sair do Brasil, passar sua vida entre capitais européias e da América do Norte, fazer-se no mundo, enfim. Deve-se observar desde logo que o ingresso na diplomacia, na verdade, acaba ocorrendo para uma fração mínima dos ingressados nesses cursos, uma parte também relativamente pequena voltando-se para as próprias atividades acadêmicas ligadas às relações internacionais e a maior parte devendo inserir-se, de algum modo, no mercado de trabalho “normal”, isto é, do setor privado, altamente competitivo.

Aqueles muito jovens – digamos entre os 18 e 20 anos – ostentam uma visão relativamente romântica do que seja o mundo ou a projeção internacional do Brasil, não estando aqui excluídas motivações essencialmente idealísticas, no sentido da atuação em causas humanitárias, ecológicas, imbuídos que são do desejo de mudar o mundo ou de ajudar aqueles que são percebidos como “vítimas da globalização” ou de misérias ancestrais. Os mais “velhos” – que podem eventualmente ter iniciado o terceiro ciclo por algum outro curso e efetuado o desvio para relações internacionais no meio da rota –

possuem expectativas mais concretas e realistas, eventualmente construídas a partir do exercício de alguma atividade profissional paralela aos estudos de terceiro ciclo, mas eles também podem estar imaginando ou aspirando por uma “vida diferente” da mesma cotidiana em âmbito puramente nacional, algum relevante papel de “negociador”, de “funcionário” ou de “executivo internacional”. Ou seja, todos eles possuem altas expectativas em relação aos cursos e as oportunidades profissionais dele resultantes, sem talvez medir muito bem a distância que ainda separa o universo relativamente teórico do universo “mental” desses cursos e a realidade do mundo profissional, feita de muito esforço individual, salários nem sempre elevados como esperado e uma indefinição geral quanto ao exercício concreto das “generalidades” aprendidas nos bancos universitários.

2. Em quais as áreas o bacharel em RI sai preparado para atuar?

PRA: Como ele é um generalista em especialidades “internacionais” ele poderá, supostamente, atuar em todas as áreas nas quais alguma competência vinculada ao seu terreno é requerida, seja no campo da análise e processamento de informações relativas aos diferentes cenários regionais e internacionais, seja na pesquisa e ensino acadêmico, nas áreas de relações internacionais das burocracias públicas – o que inclui a diplomacia tradicional, novas “diplomacias” em ministérios setoriais, assessorias internacionais de

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (pralmeida@mac.com).

diversos órgãos etc. – e, provavelmente em maior “volume”, nas empresas privadas e nas chamadas ONGs que possuem ou aspiram possuir qualquer tipo de interface com o mundo exterior. O problema, aqui, é que as empresas requerem, em geral, uma competência mais específica e provavelmente mais especializada do que o conhecimento sintético das relações internacionais, a qualquer título. As empresas não estão minimamente preocupadas com a teoria institucionalista ou neo-realista das relações internacionais, tampouco com o funcionamento do Conselho de Segurança da ONU: elas desejam simplesmente vender ou fazer negócios com parceiros externos e por isso elas são mais suscetíveis de apelarem para profissionais especializados como economistas, advogados ou algumas outras profissionais mais “tradicionais”. Afinal de contas, trata-se de fazer uma prospecção de mercado ou de elaborar um contrato de cessão ou compra de direitos e outros ativos entre dois agentes privados, que devem rentabilizar seu tempo e seus recursos humanos e materiais, não havendo muito lugar para teorizações indevidas ou abstrações fora do campo essencialmente pragmático no qual atuam essas empresas.

Em outros termos, o bacharel de RI seria extremamente consciencioso se ele procurasse, de imediato, suprir suas carências em competências específicas buscando uma especialização dentro de seu campo de estudo, procurando estágios desde cedo ou mesmo fazendo algum outro curso paralelamente. Como para as demais especializações disciplinares, uma pós-graduação seria altamente recomendável, ou então uma outra via, mais racional, a formação de base numa profissão “normal” ou

“tradicional” e uma pós ou estudos especializados em relações internacionais, eventualmente com orientação já definida para a área na qual o candidato a um bom emprego pretende atuar.

3. Qual o nome dado ao profissional depois de formado?

PRA: Não tenho certeza se o termo está consagrado, mas, aparentemente, seria “internacionalista” (uma expressão ainda não oficializada, diga-se de passagem, como a própria “profissão”, que não corre nenhum “risco” de ser regulamentada no futuro previsível). Em todo caso, melhor assim, do que algo estranho como “internacionalóide” ou “internacionaleiro”.

4. Existe a discussão sobre a relevância do curso para quem quer seguir carreira diplomática. É mesmo o melhor caminho ou o primeiro passo para o Instituto Rio Branco e o Itamaraty?

PRA: Não tenho certeza de que este seja o melhor caminho para os indivíduos que aspiram a ser alguma coisa na vida, pois se trata de uma área relativamente nova, ainda não suficientemente “testada” nos mercados de trabalho. O que ocorreu, nos últimos anos, levado pelos ventos da globalização e da regionalização, foi um fenômeno “anormal” de expansão “geométrica” dos cursos de relações internacionais, provavelmente sem qualquer relação com a demanda efetiva do mercado. Havia uma demanda da parte dos jovens, atraídos pelo que parece ser um campo novo e talvez vasto – mas provavelmente não suficientemente “elástico” como o desejado pelos jovens – e as instituições privadas de

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br>.

ensino se encarregaram de satisfazer essa demanda por cursos de “aspecto” internacional.

Quanto à carreira diplomática, estrito senso, o recrutamento é altamente seletivo e a formação deveria ser, portanto, focada nas humanidades em geral, com um domínio igualmente satisfatório de ciências sociais aplicadas como economia e direito. Não é seguro que um curso de relações internacionais consiga dar todas as competências requeridas, mas ele é provavelmente o que mais estaria dentro do “campo” da diplomacia profissional. Acontece, porém – e isso precisa ficar muito claro aos jovens aspirantes à carreira – que, sendo o recrutamento caracterizado pela “hecatombe” de 90% dos candidatos, os “não-entrantes” precisam “sobreviver”, de alguma forma, nas profissões normais, requeridas pelo mercado, e aqui o nicho das relações internacionais ainda é relativamente difícil.

Pode-se dizer, de uma maneira geral, que o curso, *in abstracto*, é relevante, mas os cursos, tomados *concretamente*, diferem muito entre si pela qualidade das matérias oferecidas, pela competência dos professores contratados, pela disponibilidade de recursos didáticos e materiais, etc.

Parece ocorrer, atualmente, com os cursos de relações internacionais, algo semelhante ao que se passou, em outras épocas, com os cursos de ciências sociais, de psicologia, de jornalismo, que passaram a atrair multidões de jovens sem um perfil muito definido quanto à carreira desejada ou suas aspirações concretas. O modismo, como tudo a cada época, um dia vem abaixo...

5. O que diferencia o curso de RI dos cursos de comércio exterior e de direito e economia internacionais?

PRA: Não existem cursos de “economia internacional”, apenas de economia, *tout court*, assim como no direito, embora os egressos desses cursos possam buscar, nos últimos semestres, algum tipo de especialização informal dentro desses campos em suas respectivas áreas. Comércio exterior se apresenta hoje como uma orientação relativamente técnica, algo assim como “contador”, embora seja uma área que requeira e deva contar com estudos aperfeiçoados, que aliás

podem estar dentro de alguns cursos de relações internacionais – que assim exibiriam especializações mais para “ciência política” ou mais para economia internacional, segundo o gosto do cliente.

Acredito mesmo que no decurso da sedimentação necessária e natural dos cursos de relações internacionais nas diferentes regiões do país, essas orientações geográfico-espaciais ou essas inclinações temáticas acabarão emergindo progressivamente. Ou seja, pode-se conceber cursos de relações internacionais voltados para o agronegócio nas principais regiões produtoras de commodities demandadas pelo mercado mundial, cursos voltados para a diplomacia e a pesquisa nas ciências sociais em algumas grandes capitais, outros cursos voltados para o comércio exterior e a integração regional nas regiões mais “expostas” aos processos sub-regionais de integração e assim por diante.

6. O aumento de ofertas para o curso de RI em diversas faculdades públicas e particulares poderia significar que a procura é alta para a carreira?

PRA: A procura ainda é alta por uma espécie de ilusão dos jovens quanto ao “charme” e a oferta de empregos nessa área, pelo efeito do já mencionado “modismo”, ou porque o Brasil está mesmo deslumbrado com a globalização, ingressante tardio – e incompleto – que foi nos grandes circuitos da interdependência global. Não imagino que a demanda venha a se manter nos próximos anos, seja porque haverá um “plafonnement” e queda ulterior, seja porque o ritmo de crescimento tenderá a diminuir, ao descobrirem, muitos egressos, que os cursos não são assim tão “funcionais” para as necessidades de uma carreira concreta, seja porque a oferta, como sempre ocorre, supera a demanda efetiva. Não deve ocorrer, aqui, nenhum “keynesianismo” *avant la lettre*, pois o governo não parece estar em condições de garantir demanda efetiva numa área que não aparece como prioritária em termos de recursos humanos.

Resumindo: a procura, a jusante, não é alta, mas sim está ocorrendo um crescimento da oferta de cursos para atender uma demanda pré-existente, a montante, portanto. O mercado deverá ajustar oferta

e procura dentro em breve. De toda forma, não existe UMA carreira de relações internacionais, e sim diferentes “carreiras” – ou melhor, oportunidades de emprego – que vão se ajustando aos nichos existentes, muito diversos entre si. Como a profissão não é regulamentada, nem tem chances de sê-lo muito em breve, persistirá essa relativa indefinição do que é “carreira” ou “especialização” em relações internacionais.

7. O jovem passou a se interessar mais por assuntos relacionados ao mundo?

PRA: Certamente. O bebê já nasce ouvindo teclado de computador, e a internet, como as demais tecnologias de informação, permeia a vida das pessoas desde tenra idade. Não há como escapar, hoje, dos apelos do mundo. Mesmo que algum jovem não tenha o mínimo interesse por “coisas” do mundo, o mundo vem inevitavelmente até ele, pelos mais diferentes caminhos e meios. Ninguém escapa...

8. Os atentados de 11 de Setembro e as subsequentes guerras no Afeganistão e no Iraque podem ter tido alguma influência no aumento de interesse por Relações Internacionais?

PRA: Provavelmente, mas não mais do que MP3, celular, internet de modo geral. Há hoje uma crescente interpenetração entre o nacional e o mundial, todo dia franquias estrangeiras vêm se estabelecer no Brasil, as viagens internacionais são cada vez mais frequentes e acessíveis, o inglês tornou-se obrigatório para o simples exercício (e vício) preguiçoso do “cut and paste” para os trabalhos escolares, enfim, o mundo vem até nós, aos borbotões. É natural que cresçam e apareçam as profissões e especializações ligadas às relações internacionais, mas os interesses e as oportunidades são ainda muito difusos.

9. Certos cursos, como direito e administração, são opções de vestibular para muitos adolescentes que não sabem exatamente o que querem fazer da vida. Por abranger muitas áreas, a carreira de RI não acaba atraindo mais jovens indecisos?

PRA: Exatamente: direito e administração oferecem amplas possibilidades para todos os tipos

de vocações, por vezes sequer diretamente relacionadas com os campos temáticos dessas duas áreas. As RI podem, também, oferecer muitas possibilidades, mas, à diferença das duas primeiras, elas não constituem uma profissão reconhecida, “testada” no mercado e expressamente demandadas pelos mercados ou pelas empresas. Essa pequena diferença pode ser decisiva na inserção profissional dos jovens: entre o certo de uma profissão tradicional e o incerto de um campo novo, talvez seja o caso de ficar com o certo. O problema é que o Brasil é um país dotado de muito pouco empreendedorismo, a despeito da tremenda flexibilidade de sua mão-de-obra, revelada na grande capacidade adaptativa e nos esquemas informais que permeiam os mercados de trabalho (existem vários, do mais inserido ao totalmente informal). Uma pesquisa na escola média revelaria, provavelmente, que poucos jovens aspiram lançar o seu próprio negócio, a maior parte deles estando voltada para cursinho ou estudo para algum concurso, qualquer um, em carreira dotada de estabilidade.

Esse problema da “indecisão” dos jovens pode hoje estar levando muito deles para as RI, assim como no passado os jovens “revolucionários” eram atraídos pela sociologia – segundo Mário de Andrade, a “arte de salvar rapidamente o Brasil” – e as jovens casadoiras eram levadas a fazer psicologia, esperando marido... Hoje se faz RI, porque protestar contra a “globalização perversa” virou esporte quase obrigatório entre os jovens...

10. Com tanta oferta de cursos, há espaço suficiente para o profissional em RI no mercado?

PRA: Certamente tem ocorrido certa “inflação” de cursos, mas nisso os próprios demandantes levam a culpa: eles “pediram” e os empresários da educação correram para atender essa demanda do mercado de estudantes. Esses “industriais da educação” não estão minimamente preocupados com o espaço do “profissional” de RI – se é possível chamá-lo assim – no mercado de trabalho, esse não é o “departamento” deles. Sua função é a de apenas “fornecer” aquilo que lhes é pedido: um curso e um canudo, depois cada um que se vire como puder num mercado indefinido.

Ou seja, num estamos num “supply side economics of international relations”, mas essencialmente num mercado demandante por cursos e canudos, o resto fica ao sabor do próprio mercado...

11. O mercado e as empresas estão preparados para entender o que é profissional de RI?

PRA: A pergunta deve ser completamente invertida: nem os mercados, nem *a fortiori* as empresas precisam estar “preparados para entender o que é profissional de RI”. Essa não é função deles. Sua única função é recrutar competências para o exercício de atividades profissionais específicas e os requerimentos são estritos: ou o profissional se adapta e atende ao que lhe é demandado, ou então ele pode procurar outro emprego. Por isso, volto a insistir: as empresas, na maior parte das vezes, não querem intelectuais brilhantes que sabem discorrer sobre o Conselho de Segurança da ONU ou o último livro do Keohane, elas querem alguém que saiba redigir um contrato, negociar um acordo com parceiro de outro país, fazer uma boa prospecção de mercado, trazer negócios, lucros e resultados, ponto. Este é o mercado, que deve ocupar pelo menos 80% dos egressos dos cursos de RI, qualquer que seja o seu número (o resto indo para os governos e as academias).

Quem deve entender as (e de) empresas e o (de) mercado são esses profissionais, que se não souberem lidar com essas realidades, se auto-excluem dos melhores empregos nesses mercados. Não é uma questão de preferência, é assim, ponto. As empresas não vão à cata de jovens egressos dos cursos de RI, eles é que devem tentar se oferecer para elas.

Os jovens precisam, desde o início, tomar consciência de que, ao receber o canudo, ao saírem das faculdades, não vai haver uma fileira de “head hunters” esperando por eles na calçada, não haverá sequer um mísero recrutador esperando por eles para dizer: “Venha, meu jovem, tenho um emprego esperando por você!”. Isso simplesmente não vai acontecer. Ou eles se preparam, desde o segundo ou terceiro ano, fazendo estágios, montando empresas juniores com seus colegas, pesquisando por conta

própria novos nichos de mercado, ou eles vão ficar de canudo na mão reclamando da vida.

Se eu fosse um jovem, hoje, e não um diplomata com 28 anos de carreira, mas ainda disposto a diversificar no privado (ensino e pesquisa, eventualmente consultoria), eu me perguntaria: “qual é o meu nicho no mercado futuro, o que o Brasil ou o mundo me reserva, dentro de dois ou três anos?” Uma breve pesquisa de internet me daria a resposta em 5 minutos, ou a minha própria vontade e vocação determinariam o meu destino imediato. Abstraído-se a própria carreira diplomática – excessivamente restrita para servir de “colocação” para um grande número de jovens – e algumas outras carreiras no serviço público – analistas de comércio exterior ou de inteligência – e nas academias, o que sobra, obviamente, como “opção” são as empresas, grandes e pequenas. Eu até diria que o “profissional” de RI poderia montar a sua própria, mas o empreendedorismo individual ainda é muito pouco desenvolvido no Brasil.

Nessa perspectiva, é óbvio que um jovem paulistano precisa ter uma visão “global business”, é evidente que um jovem do “cerrado central” precisa pensar no Brasil como o grande fornecedor mundial – o que ele já é, mas será cada vez mais – de produtos do agronegócio, é evidente que aqueles que amam praia, sol, florestas e montanhas encontrarão excelentes oportunidades no turismo de massa ou especializado, está mais do que claro que o Brasil tem um imenso campo em todas as áreas nas novas energias renováveis, na exploração dos recursos naturais, na conformação de um espaço integrado na América do Sul. Se eu fosse jovem e quisesse ganhar muito dinheiro, eu já estaria estudando todas essas oportunidades. Tudo isso É relações internacionais, tudo isso é interdependência global, tudo isso é globalização. Quanto antes o jovem se preparar, e não ficar passivamente esperando o fim do curso para depois pensar no que vai fazer, será melhor para ele e para suas famílias.

Desse ponto de vista, acho, particularmente, que os cursos, atuais, das faculdades voltadas para esse campo, e seus respectivos professores, estão muito

pouco preparados para atender essa demanda. Trata-se de uma demanda real, não daqueles requisitos prosaicos de uma grade curricular tradicional, que copia passivamente a inércia “humanistóide” dos cursos tradicionais das universidades públicas – em ciências sociais em geral, mas fazendo uma combinação de direito, história, economia e ciência política – que, elas, parecem não ter nenhum compromisso com os mercados reais. Talvez os jovens não encontrem o curso ideal nem nas faculdades privadas nem nas públicas. O melhor, então, seria que eles “construam”, sozinhos, e de maneira absolutamente auto-didática (se possível com os

colegas), os seus próprios “cursos”. Talvez eles não sejam melhores, em qualidade imediata, do que aqueles oferecidos oficialmente pelas instituições de ensino, mas eles certamente serão mais adaptados e estarão mais conformes às aspirações e necessidades dos próprios jovens.

Acho que é hora de deixar de ser passivos: arregacem as mangas, jovens, mãos à obra, construam suas próprias vidas!

Paulo Roberto de Almeida

(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

Brasília, 22-23 de março de 2006



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

A Eleição do Hamas e o Princípio Democrático

Hugo Arend*

A chegada ao poder de um partido considerado terrorista nas últimas eleições para o congresso palestino vem proporcionando manifestações de repúdio pelo mundo afora, notadamente no chamado mundo democrático-liberal. Mesmo as nações árabes estão cautelosas a respeito de um parlamento majoritariamente dominado pelo Hamas. As preocupações de ambos os lados não são infundadas, dado o notório perfil radical do partido e sua disposição de resolver problemas de forma agressiva. Nos últimos anos, o Hamas assumiu cerca de sessenta atentados contra o estado judeu. As relações israelo-palestinas são, por isso mesmo, delicadas. O estado de Israel, podemos dizer com segurança, não prima pelo comprometimento, deixando escapar algumas preciosas oportunidades de se alcançar a paz e a segurança na região através do diálogo, como nos acordos de Oslo. O não comprometimento do estado israelense aliado à intransigência e a notória corrupção que apodrece a Autoridade Palestina, de sua cúpula até suas bases, colocam em xeque e desafiam os *peacemakers* mais sinceros e comprometidos.

Admitamos que o conflito israelo-palestino está longe de chegar ao fim. A intransigência de ambos os lados é enorme. A corrupção e os interesses privados e políticos de facções israelenses e palestinas prevalecem sobre o bem comum. Poucas são as flores que merecem ser cheiradas na região. Com certeza, a eleição do Hamas ao governo (sic) palestino não trará qualquer tipo de solução à região. Da mesma forma que qualquer tipo de mudança de partido nas eleições israelenses não poderia trazer qualquer reviravolta mais significativa. Os cismas são muito mais profundos do que supomos e os interesses de ambos os lados são muito mais inconciliáveis do que os que mudanças de governos podem solucionar. As questões que dividem árabes e judeus são *questões*

estruturais, ou seja, são de um tipo de problema que não é resolvido com dias e semanas de trabalho, mas sim com décadas e décadas de comprometimento sério e duradouro. Sobre a questão palestina, nossa geração não verá uma solução. Pelo contrário, a tensão tende apenas a aumentar.

Ora, admitindo-se então a insolubilidade do problema, de que forma podemos tratar a eleição do Hamas a governo (sic) palestino sem cairmos no descabido debate acerca de ela representar ou não uma solução à questão israelo-palestina? Que tipo de ensinamentos nós historiadores, sociólogos e politólogos podemos retirar da ascensão do Hamas ao parlamento palestino e de suas repercussões internacionais? A resposta a esta pergunta, a nosso ver, diz respeito à indagação quanto aos limites e possibilidades da democracia como meio de solucionar problemas sociais e políticos. Esta indagação nos guia a duas perguntas muito urgentes. A primeira faz parte da tradição mesma do pensamento político-filosófico do ocidente: Qual é o bom governo?

Há dois mil e quinhentos anos, pensadores se interessam pelo estabelecimento e manutenção do *Bom Governo*. De Aristóteles e Platão a Jürgen Habermas e Norberto Bobbio, o pensamento político e filosófico ocidental tem se dedicado, de formas bastante diversas, a pensar qual seria o melhor tipo de governo. Qual sua forma mais apropriada e justa? Nos últimos duzentos anos, pelo menos, contudo, o princípio democrático ascendeu com irrefreável ímpeto no mundo político e foi, aos poucos, mas decididamente, assumido como a forma mais apropriada de governar. É verdade que ao falarmos de democracia, estamos nos referindo a um conceito polissêmico, a ponto de podermos falar, junto de Boaventura de Souza Santos, de uma *demodiversidade*. Existe a democracia direta e a

* Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (hugoarend@yahoo.com)

democracia parlamentar, a democracia liberal e a democracia popular, entre muitas outras. Contudo, um dos princípios democráticos mais comumente aceitos é o que estabelece que, para fazer parte do jogo democrático, um partido deve respeitar e seguir as regras deste jogo. Um partido não poderia almejar, por exemplo, a dissolução de todos os demais partidos. É necessário ainda salientar que, com a globalização da vida, toda política torna-se política global. Neste sentido, todo governo deve respeitar as regras e normas que regem as relações entre os estados na esfera internacional. Todo país deve fazer parte e respeitar as regras da sociedade internacional.

Assim sendo, como o mundo pode se relacionar com um partido eleito, como o Hamas, que fundamenta sua visão política no extremismo e no terrorismo? Os demais países têm de respeitar sua eleição? Até que ponto as potências mundiais podem utilizar-se de sanções econômicas para pressionar um governo democraticamente eleito? Até que ponto deve-se respeitar e condenar um governo eleito dentro do jogo político preconizado e aceito pelo próprio ocidente? O princípio democrático seria de tal forma universal e inquebrantável, estando à prova de quaisquer críticas? Questionar a democracia é defender a tirania?

A segunda pergunta fundamental para a teoria política nasce justamente destes questionamentos: Todo governo, legal e legitimamente eleito, deve ser respeitado e reconhecido? Até que ponto devemos tolerar *todos* os resultados de decisões tomadas democraticamente? A defesa acrítica da aplicabilidade dos princípios democráticos pode ou não nos fazer cair numa super-essencialização do conceito de democracia nos levando, desta forma, a adotar, sempre as decisões da maioria? A maioria está sempre certa?

As eleições (ou quase eleições), recentes, de políticos decididamente de extrema-direita na Áustria e na França, bem como a duvidosa vitória de George W. Bush a seu primeiro mandato, demonstram que vontade da maioria (um dos princípios da democracia) nem sempre é reconhecida. Historicamente, podemos citar, pelo menos, o exemplo do governo de centro-esquerda de Salvador Allende, no Chile que foi

derrubado por golpes econômicos e políticos desferidos por setores conservadores nacionais e internacionais, em 1973. São muitos os exemplos históricos e atuais que atestariam o freqüente rompimento com o reconhecimento das decisões tomadas pelas majorias, assim comprovando que, na prática, o princípio democrático é freqüentemente atropelado.

Contudo, o que está em jogo não é apenas a validade prática da democracia, ou seja, se as decisões democráticas são de fato respeitadas. Na realidade, percebemos que, muitas vezes, o princípio democrático serve para solapar governos que foram democraticamente eleitos, como no caso do Chile de Allende, acusado de antidemocrático por conter partidos socialistas e comunistas em sua coligação. Desta forma, o princípio democrático surge como um novo tipo de ameaça à própria democracia, na medida em que ele desponta como o princípio que engloba todo o bem e a justiça do jogo político. O princípio democrático é, hoje, o único legitimamente reconhecido como *bom*. Reparemos que todos os governos se definem como democráticos, todos os candidatos defendem a democracia, sem, contudo, saberem o que significa ou se realmente estão comprometidos com ela. O exemplo maior disto: a guerra atual no Iraque: uma guerra pela democracia.

A eleição do Hamas apresenta-se como o nervo exposto do princípio democrático. Ela aparece na história como uma realidade dolorosamente palpável e evidente das questões que envolvem este princípio. Um problema sobre o qual o mundo terá de refletir serenamente. Ela nos afronta com graves questionamentos sobre a validade, a extensão e os limites da democracia. As questões são antigas e, portanto, incontornáveis. Há, sem sombra de dúvida, a ameaça da fúria extremista e fundamentalista. Contudo, se não questionarmos a validade e a aplicabilidade da noção de democracia, seus limites e suas contradições, continuaremos vivendo sob o signo da absolutização e essencialização de tal princípio, tornando o debate político unidimensional e as opções políticas assépticas, tornando o debate político, em última instância, um debate de contornos também fundamentalistas.

Internacionalização versus exportação: o caso da suinocultura brasileira

Rodrigo Cintra*

Mariana Ricci**

As empresas brasileiras são, cada vez mais, forçadas a enfrentar o mercado mundial, tendo que desenvolver estratégias de inserção de seus produtos e marcas sob pena de serem ultrapassadas e se tornarem pouco competitivas. Assim, a participação no mercado mundial não é apenas mais um diferencial para um crescente número de empresas, é uma questão de sobrevivência.

A questão central passa a ser “que tipo de internacionalização é mais adequada?”. Existem várias formas de se envolver com o tema da internacionalização, começando com simples exportações até a abertura de unidades produtivas em outros países. No meio desse caminho, é possível encontrar ações de representação, contratação de agentes internacionais, distribuidores ou ainda *joint ventures*.

É importante salientar que não existe um modelo ideal, já que essas ações podem ser desenvolvidas concomitantemente ou como fases de um processo maior. No entanto, cada caso é um caso, e assim deve ser tratado. As empresas devem estar dispostas a investir seriamente no desenvolvimento das estratégias de internacionalização, conhecendo os riscos, custos e possibilidades de retorno.

Um setor que tem sido particularmente obrigado a enfrentar o mercado mundial é a suinocultura brasileira, especialmente quando se pensa no caso de sua participação no mercado russo.

Atualmente a Rússia é o destino de 65% das exportações brasileiras de carne suína, um volume de 404,739 mil toneladas, correspondentes a US\$ 805

milhões (segundo dados da ABIPECS), sendo a maior parte de carcaça congelada (baixo valor agregado). O país estabeleceu uma política de cotas para importação de carnes e, apesar do Brasil ser seu principal fornecedor de carne suína, não possui uma cota própria – ficando suas exportações restritas a uma cota compartilhada com diversos países.

Para 2006 as cotas continuam bastante rígidas, o Brasil dividirá um volume de 181,032 mil toneladas (38% do total) com os outros países exportadores de carne suína para a Rússia. A tarifa de importação é de 15% e a extra-cota 60%. No entanto as oportunidades brasileiras no mercado russo são oriundas principalmente da incapacidade dos demais países em abastecer (ainda que parcialmente) a demanda, em face da baixa capacidade produtiva ou problemas com epizootias. A alta competitividade brasileira, cujo custo de produção de carne suína é o menor do mundo, faz com que os importadores optem pela carne advinda do país.

Para determinar uma possível estratégia de aumento da inserção do setor suinícola brasileiro em seu principal mercado importador é necessário analisar alguns fatores tais como: qual a tendência de consumo na Rússia? quais os padrões produtivos e suas tendências? quais são os principais competidores e que estratégias têm adotado?

Um estudo desse perfil ultrapassaria os limites desse artigo, porém é possível indicar algumas das respostas, de forma a melhor compreender como podem ser feitas escolhas no tocante à internacionalização das empresas brasileiras.

* Diretor da Focus R.I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais e Vice-Presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo

** Consultora da Focus R. I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais (www.focusri.com.br)

Tendências do mercado russo

O breve aumento da produção interna de carne na Rússia (totalizando 4,7 milhões de toneladas, mesmo com o incentivo governamental) faz com que o país ainda dependa quase em 50% de importações. Se considerarmos as estimativas de que em 2010 o consumo de carnes chegará a 10 milhões de toneladas. Essa dependência se manterá por bastante tempo, com as quotas pressionando os mercados mais resistentes, e as reexportações aflorando nos momentos de crise.

Na tentativa de abastecer esse mercado com um volume e variedade maior de produtos industrializados à base de carnes, a empresa russa *Euroservice* fez um investimento de • 277 milhões na construção de 10 indústrias processadoras para o complexo carnes russo; um sinal de que tanto o governo quanto o setor privado estão dispostos a incentivar o aumento da demanda por proteína animal no país.

Além de ser uma necessidade mercadológica, a empresa tem seus maiores lucros com a venda de carne importada em forma de produtos industrializados. Em 2004 dos US\$ 430 milhões, US\$ 350 eram provenientes da venda de carne importada, o que faz com que a empresa tivesse interesse em solidificar-se nesse segmento do mercado e aumentar seu *market share* dentro da Rússia.

A *Euroservice* é a pioneira em investimento de grande porte na indústria de carne processada no país e possui estratégias bem definidas para uma expansão sólida. Seu histórico evidencia como, por meio da múltipla atuação, a empresa é hoje um *player* de peso no mercado de carnes russo. Desde sua fundação em 1991 (após o fim da União Soviética), como distribuidora de produtos norte-americanos à base de carne de frango foi paulatinamente transformando-se e, pela própria necessidade da empresa, foram iniciados investimentos em áreas correlatas do complexo carnes.

Essa expansão ocorreu devido às próprias dificuldades enfrentadas; a empresa se adaptou ao mercado, procurando resolver suas dificuldades mercadologicamente. A maioria delas era fruto da falta de desenvolvimento dos negócios e dos próprios consumidores. Às oito décadas de União Soviética

impossibilitaram investimentos e desenvolvimentos consumidores. Assim, quando o país se abriu, faltava estrutura e mercado diversificado.

É interessante ressaltar que a estratégia da empresa é múltipla, ou seja, ela atua como distribuidora de produtos importados e de seus próprios produtos, cuida da promoção de sua marca e do melhoramento de seus processos produtivos e de distribuição, por meio da verticalização e aumento das redes distribuidoras, respectivamente.

A grande jogada se encontra nas oportunidades de oferta internacional de carne suína barata e em como a transformação desta em produtos industrializados abre uma oportunidade de mercado que não foi até o momento totalmente explorada na Rússia pelo complexo carnes de alta tecnologia.

Quando consideramos que 97% das lingüiças do país são feitas por produtores regionais, e que a Rússia apresenta um consumo de carnes com crescimento de 10% por ano, é evidente que este mercado precisa de processadores que consigam abastecer a demanda com baixo preço. A *Euroservice* projeta um aumento de 400% na fabricação de lingüiça, de 4 mil toneladas para 20 mil toneladas/mês.

Atualmente a *Euroservice* atua no ramo de refrigeração e transporte de produtos cárneos, produção de ração animal, e de produtos de alto valor agregado (processados e embutidos) de carne bovina, suína e aves.

Ao mesmo tempo, a empresa russa *Miratorg*, grande distribuidora de produtos importados do complexo carnes, – como os da marca Sadia – investirá na construção de uma granja com capacidade produtiva de 100 mil toneladas/dia.

Os fatos indicados acima apontam que este é o momento em que as empresas russas e as subsidiárias internacionais no território decidiram investir no crescimento da demanda e da capacidade doméstica em abastecer o mercado com produtos industrializados.

Outro importante ponto que auxilia e impulsiona a venda e consumo de carne processada na Rússia é a descoberta de que a substituição de nitratos e nitritos permite a conservação de produtos à base de carne frescas e resfriadas por mais tempo. Essa

descoberta aumentará a venda de produtos do complexo carnes, já que o prazo de validade dos alimentos será maior. O período de conservação da lingüiça fresca, de 2 a 3 dias, poderá passar para 20 a 30 dias, permitindo a estocagem desses produtos que são amplamente consumidos no país.

Um importante fator também para as empresas é a possibilidade de vender carne fresca e resfriada para regiões mais extremas do país, atividade comprometida pela distância dos grandes centros produtores de algumas regiões do leste.

Vale ressaltar que, em comparação com a Europa, EUA e Japão, a população russa está em um diferente estágio de consumo. Enquanto os primeiros se preocupam com qualidade, implicações à saúde e variedade dos produtos, na Rússia o problema ainda é renda e capacidade de abastecimento da indústria doméstica, que só se mantém com os altos níveis de importação.

O inverno russo e seus impactos na dinâmica do mercado

Considerando a realidade do país – que durante o inverno torna-se inacessível via mar – a idéia de garantir produtos com alto valor calórico e protéico, fácil armazenagem e relativa perecibilidade, é muito pertinente. Como não há acesso dos navios aos portos do país durante o inverno, a importação e consumo de carne suína *in natura* fica comprometida.

As importações de carne durante os 9 meses seguintes – com níveis acima do consumo para estocagem durante o período de inverno e futuro processamento – é um grande negócio e é necessário para a manutenção do abastecimento do país.

Por isso a tática da indústria de carnes russa (de aumento da produção de produtos industrializados) é mercadologicamente interessante. É importante ressaltar que esses investimentos poderiam muito bem ser feitos por uma *joint venture* brasileira, ou mesmo por uma indústria nacional instalada no país que percebesse essa demanda.

É uma excelente oportunidade de mercado que não ganhou destaque na indústria de carne suína brasileira, muito interessada em manter o volume de

exportação de carne suína *in natura*, ao invés de investir em indústrias locais para a produção de produtos elaborados – e o mais importante: não pertencentes ao sistema de cotas.

O aumento anual da demanda por produtos processados, principalmente de carne suína e aves é significativo na Rússia; desta maneira, proporcionar aos consumidores maior variedade e condições de consumo é praticamente criar um novo nicho de mercado.

Enquanto os produtores de carne suína preocupam-se em exportar carcaça congelada para a Rússia, presos no sistema de cotas e ao baixo valor do produto, outros países avançam na corrida de consolidação do mercado do país.

Também as empresas que produzem derivados da carne suína têm sua parcela de responsabilidade, pois ainda optam por ter seus produtos distribuídos na Rússia (como é o caso da *Sadia* na *Miratorg*) ao invés de os fabricarem no país, o que possibilitaria uma inserção no mercado muito maior.

Conclusão

Empresas como a *Euroservice*, *Danish Crown* e *Smithfield* são tão competentes quanto as principais processadoras brasileiras, a grande diferença é que elas parecem dispostas a investir nos grandes mercados a partir da construção de indústrias, projetos de marketing dos produtos e incentivo ao consumo, ou seja, procuram adentrar os mercados criando sólidas bases e não somente exportando ou vendendo por meio de intermediários.

O exemplo da *Euroservice* é interessante, pois a empresa tornou-se um importante *player* nacional devido à sua capacidade de detectar oportunidades de mercado dentro da Rússia, criando uma estrutura própria de produção e distribuição, numa lógica importadora muito diferente da realidade brasileira. A Rússia é predominantemente importadora de carne suína, assim a *Euroservice* foi buscar na oferta internacional seus produtos para consolidação no mercado interno; diferentemente, o Brasil – que é exportador – tem de buscar acesso a mercados e por meio do *marketshare* alcançado se consolidar.

Seria uma oportunidade para o Brasil (considerando a necessidade de abastecimento do país e a extensa parceria comercial, firmada diplomaticamente entre ambos os países) que as empresas passassem a produzir em território russo, por meio de *joint ventures* ou subsidiárias, conforme a reciprocidade do mercado.

Uma outra dificuldade que se apresenta é o parco acesso inicial a fornecedores, distribuidores e frigoríficos. A Euroservice atualmente possui uma estrutura completa de apoio na cadeia russa, construída em pouco mais de uma década de existência e intensa atuação no mercado. As empresas brasileiras, a princípio, não teriam todos estes canais abertos e seria necessário o emprego de estratégias

de mega-marketing para facilitar a criação de um estrutura de mercado; considerando a importância da Rússia para a sobrevivência do setor suinícola brasileiro, ainda que estas dificuldades apareçam o custo de oportunidade é inferior aos ganhos.

Isso auxiliaria o país a sair de uma lógica basicamente exportadora para um mecanismo de investimento externo que, apesar de apresentar maiores riscos, também pode conferir maiores e consolidados ganhos no médio e longo prazo.

Há mercados e há oportunidades, no entanto é preciso coragem para sair da inércia exportadora que cerca a suinocultura brasileira e adentrar com firmeza o mercado internacional.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Primeiros passos do pontificado de Bento XVI

Virgílio Arraes*

Há cerca de um milênio, os escolhidos para receber a elevação ao cardinalato passam a ter duas funções precípuas: auxiliar o Sumo Pontífice em assuntos relevantes e participar da escolha do sucessor do primeiro representante da Igreja Católica, por meio do conclave, cuja participação veda-se aos octogenários. Ao longo de seu duradouro pontificado, João Paulo II propiciou um perfil conservador ao colégio cardinalício, de forma que a indicação de seu sucessor não apresentaria variação significativa em relação ao comportamento adotado pela Santa Sé desde o fim dos anos 70.

A surpresa maior – se posta a nacionalidade de lado, vista a expectativa de um italiano novamente ocupar a titularidade da Santa Sé – se restringiria à idade avançada do preferido, à frente durante muito tempo da Prefeitura da Congregação para a Doutrina da Fé. Aos 78 anos, Ratzinger foi o eleito mais idoso desde a escolha de Clemente XII em 1730. Deste modo, as primeiras impressões apontam para um papado de transição, sem riscos visíveis de solavancos políticos ou teológicos, com a revivescência da fórmula aplicada ao escrutínio de outubro de 1958, por meio do qual se apontou o nome do septuagenário Angelo Roncalli, futuro João XXIII, Patriarca de Veneza. Ele surpreenderia o mundo, logo após sua eleição, ao anunciar a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965) e desenvolver oficiosamente contatos com o Leste europeu.

Contudo, não há indícios de que Ratzinger se torne um novo Roncalli. Não obstante o fim da Guerra Fria, parcialmente resultado da gestão da Santa Sé sob João Paulo II, Ratzinger havia constantemente feito referências à situação da Igreja perante o mundo secular: uma pequena embarcação sacudida em meio a ondas de liberalismo, comunismo, agnosticismo e ateísmo. Na visão de Bento XVI, por conseguinte, cabe

ao Papado a tarefa de estar alerta, com o objetivo de resguardar a fé cristã, ou seja, de ser o palinuro a conduzir a instituição diante de tais ameaças.

Assim, a Igreja tem diante de si o desafio de preservar seus fiéis de determinados valores da contemporaneidade, como a chamada cultura da morte – aborto, eutanásia, pena de morte, dentre outros. Neste sentido, o Papado deve manter tal diretriz como a principal tarefa da instituição, ao dedicar menos atenção à política internacional, ou seja, não haverá o mesmo empenho em relação aos efeitos deletérios do neoliberalismo como o executado durante a bipolaridade, com o socialismo real, algo perceptível desde os anos 90.

No entanto, isto não significa uma postura de hostilidade, ainda mais se relativa a outras denominações. É simbólico que o novo Papa tenha escolhido Bento para ser o seu nome: afinal, o moto de seu santo homônimo, patrono da Europa, havia sido paz. Registre-se que a destreza daquele nobre romano havia sido a de conjugar, em meio aos despojos imperiais no início da Idade Média, os valores cristãos, a herança clássica e a cultura germânica e a eslávica, a fim de fomentar uma nova civilização, de acordo com a avaliação do próprio Pontífice.

Em sua primeira missa papal, Bento XVI mencionaria a necessidade da unidade entre os cristãos e de diálogo aberto e sincero com fiéis de outras religiões. Em sua visão, o Concílio Vaticano II dita o compasso da Igreja contemporânea, ainda que entre ele e seu predecessor, de acordo com o Cardeal Avery Dulles, s.j., haja divergência na interpretação do teor. Ainda assim, para o presente Pontífice, deve-se reiterar o ecumenismo com o estabelecimento de diálogo permanente a fim de romper antigos antagonismos.

Desta forma, dever-se-ia ir além do campo teológico, ao recorrer-se da história para estudar os

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB).

possíveis motivos de cisão. Ademais, o contato com outras culturas religiosas deve também ser mantido, ao continuar a caminhada diplomática de João Paulo II, com o fito de reforçar a paz universal e, por extensão, negar validade ao primado do choque de civilizações. Portanto, em linhas gerais, Bento XVI sinaliza o mesmo norte de João Paulo II, o que não significa a existência de divergências em alguns pontos, dentre os quais:

Processos de beatificação e canonização: o ritmo deverá provavelmente ser menos intenso e mais discreto. João Paulo II efetivou mil e 340 beatificações e 482 canonizações com a conseqüente superação da soma estabelecida desde o século XVI. A Bento XVI, porém, observa-se a possibilidade de ratificar mais um nome ainda: o de Karol Wojtyła, mesmo diante da existência de processos relativos a outros papas, cujas aberturas decorrem de décadas, como o de Roncalli, por exemplo;

Colégio Cardinalício: 15 nomes foram apontados ao final de fevereiro, sendo em março a data do consistório. Segundo o Papa, os indicados, naturais de 11 países, refletem a universalidade da missão eclesial. Três são octogenários, o que resulta na

observância do limite de 120 cardeais componentes do Colégio – norma estabelecida por Paulo VI em 1973. Dentre os nomes, destacam-se o de Joseph Zen Ze-Kiun, de Hong Kong, que, não obstante as críticas lançadas ao regime de Pequim, desenvolve políticas para mediar o relacionamento entre a Santa Sé e a China, rompido formalmente desde o início da década de 50 e o de Stanislaw Dziwisz, Secretário de João Paulo II.

Três aspectos chamam a atenção: a ausência na lista do Arcebispo André Vingt-Trois, titular de Paris, cidade normalmente representada por um purpurado, e a figuração de Jean-Pierre Ricard, de Bordéus, como membro da França; a representação considerada exagerada de norte-americanos no Colégio, com a presença de mais dois: William Levada, sucessor de Ratzinger na Prefeitura da Congregação para a Doutrina da Fé, e Sean O'Malley, de Boston. Desta sorte, os Estados Unidos passam a contar com 15, dos quais apenas dois não votariam mais, estando, portanto, em segundo lugar no número total de cardeais; por último, a inexistência de representantes do Brasil e México no próximo consistório, países com mais católicos oficialmente que Estados Unidos.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com

Comércio internacional e a disputa por corações e mentes

Thiago Lima*

Um jargão comum da Guerra Fria era a disputa pela conquista de corações e mentes das pessoas por uma concepção de mundo, capitalista ou socialista. Com o fim da Guerra Fria e a vitória do sistema capitalista sobre o socialista, o jargão perdeu seu apelo. No entanto, o debate sobre os possíveis malefícios e benefícios da globalização para o desenvolvimento, avolumado a partir da década de 1990, parece abrir janela para a idéia de disputa de corações e mentes. Essa janela estaria localizada no tema do comércio internacional, apoiada em alicerces de direitos humanos.

Joseph Stiglitz¹ e David Held² são dois dos principais expoentes das relações entre o comércio internacional e direitos humanos. Suas análises e propostas são marcadas por forte apelo moral, em favor da justiça social, da democratização da governança global, e contra a hierarquização da autoridade e a distribuição de benefícios de acordo com aqueles que possuem mais poder. Para eles, o comércio internacional deve servir ao propósito do desenvolvimento, e não simplesmente do enriquecimento dos mais capazes.

Em duas disputas recentes na Organização Mundial de Comércio (OMC), o Brasil obteve resultados positivos³. São os contenciosos contra os Estados Unidos sobre a quebra de patentes

farmacêuticas para o tratamento de HIV / AIDS e sobre a ilegalidade internacional dos subsídios à produção, venda e exportação de algodão. Nos dois casos, parte fundamental da estratégia brasileira foi ganhar o apoio de diversos atores da sociedade internacional, estatais e não-estatais, demonstrando que havia mais do que interesses comerciais em jogo. Tratava-se de demonstrar que certas práticas e intenções norte-americanas minavam ou prejudicariam o acesso a direitos humanos como saúde e desenvolvimento. Em síntese, argumentava-se que o lucro não deveria prevalecer sobre o bem-estar dos povos, na direção apontada por Held e Stiglitz.

Certamente a argumentação legal do governo brasileiro foi importante, mas a estratégia de exaltar os direitos humanos resultou em apoio da opinião pública internacional em favor das demandas brasileiras. O governo brasileiro venceu a disputa por corações e mentes do comércio internacional, resultando em coalizões poderosas, capazes de vencer o ator mais poderoso do sistema multilateral de comércio. No caso das patentes, os ganhos vieram com a redução do valor dos medicamentos, a legitimação da produção de genéricos e a consolidação da possibilidade quebra de patentes farmacêuticas em casos de emergência pública. No caso do algodão tem

* Mestrando em Relações Internacionais pelo programa San Tiago Dantas - UNESP, UNICAMP, PUC-SP e Pesquisador do CEDEC.

¹ STIGLITZ, Joseph E. *Globalization and Development*, in HELD, David e KOENIG-ARCHIBUGI, Mathias (Eds). **Taming Globalization: frontiers of governance**, Cambridge, Ed. Polity Press, 2003.

² HELD, David. *Global Covenant: The Social Democratic alternative do the Washington Consensus*. Cambridge, Ed. Polity Press, 2004.

³ OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Negociações internacionais e política doméstica no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política na Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2005. CEPALUNI, Gabriel. **O contencioso Brasil x Estados Unidos no setor farmacêutico e a licença compulsória para medicamentos contra o hiv/aids: regimes internacionais, atores “transnacionais” e política doméstica**. São Paulo, Lex Editora: 2006.

sido mais difícil colher benefícios obtidos com o parecer da OMC. Até o momento, foram reformados programas de crédito norte-americanos considerados ilegais e foi agendada a eliminação de um programa de incentivo ao consumo doméstico de algodão norte-americano, o *Step 2*.

A argumentação da necessidade de os direitos humanos prevalecerem sobre o lucro parecia se encaixar perfeitamente aos objetivos de desenvolvimento de países pobres, um trunfo desses países na luta pelo apoio da sociedade internacional. No entanto, essa argumentação pode ter dois gumes. No dia 28 de fevereiro o governo dos Estados Unidos demandou a eliminação de todas as tarifas de importação a remédios e serviços médicos do mundo. Segundo Peter Allgeier, embaixador dos EUA na OMC, as principais barreiras estão nos países emergentes e "É irônico que muitos países que estão com necessidade urgente de remédios baratos também contem com taxas significantes sobre os remédios e equipamentos médicos que importam"⁴. Os

argumentos sobre o aumento do bem-estar público por meio do livre-comércio certamente não são novos, mas podem ganhar apelo nesse momento.

Os países emergentes se defendem afirmando que sem essas barreiras não haveria espaço para a produção nacional. Mas será que esses argumentos serão capazes de dar vantagem moral ao governo brasileiro, como nos contenciosos das patentes e do algodão? A resposta é incerta. Mas, se atribuirmos peso igual à moral no caso da demanda norte-americana e nos dois contenciosos vencidos pelo Brasil, isto é, se considerarmos que o apoio da sociedade internacional pode ser decisivo nas negociações da OMC e que esse apoio é afetado por argumentos sobre o bem-estar público, há motivos para preocupação. Preocupação essa aumentada pelo fato de que a exposição dos produtores e prestadores de serviço farmacêuticos, mercados lucrativos e com possibilidades de expansão, podem ter suas atividades comprometidas se expostos à competição com empresas de países desenvolvidos.



⁴ CHADE, Jamil. **EUA pedem fim das tarifas de importação de remédios**. O Estado de São Paulo, 28/02/2006. Em <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=205954>. Acesso em 05/02/2006.